

**RECLAMAÇÃO Nº 38.778 - MT (2019/0256082-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**  
**RECLAMANTE** : **ERVETE DE FIGUEIREDO LEITE**  
**ADVOGADO** : **CELSON ALVES PINHO - MT0127090**  
**RECLAMADO** : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**INTERES.** : **MUNICÍPIO DE CUIABÁ**

**DECISÃO**

Trata-se de Reclamação (art. 105, I, "f", da Constituição Federal) contra acórdão proferido pela Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso que negou provimento a Agravo Interno, mantendo decisão de não provimento de Agravo de Instrumento interposto contra decisão que declinara a competência para o Juizado Especial da Fazenda Pública, em Ação de cobrança de créditos trabalhistas protocolada na vara da Fazenda Pública.

A reclamante afirma:

Cinge destacar, que a presente ação, trata-se de Ação de Cobrança de Créditos Trabalhistas decorrente de salários atrasados e demais créditos e defasagem salarial, que foi inclusive apresentado tese nos agravos, da impossibilidade de tramitação em Juizado da Fazenda Pública, em razão da complexidade dos cálculos para a apuração dos valores a ser realizado e necessidade de liquidação de sentença, sendo incompatível com o rito do Juizado

Especial, ainda mais que a Fazenda Pública terá que remeter ao Juízo as respectivas fichas financeiras para elaboração de perícia contábil.

No in casu, caso seja mantida a decisão agravada, não será viável a realização da apuração dos valores eventualmente procedente, não podendo ser por mero cálculo aritmético para a definição do valor eventualmente devido, e conseqüentemente não será alcançado a liquidez imprescindível para as sentenças proferidas pelo Juizado Especial Cível da Fazenda Pública, nesse mesmo sentido tem sedimentado a Jurisprudência Pátria, senão vejamos:

(...)

Nessa esteira, convém mencionar que o caso em questão trata-se de assunto em que o valor da causa é meramente estimativo, merecendo, portanto ser realizado a liquidação dos cálculos e como bem se sabe o Juizado Especial não realiza tal operação, o que irá gerar um obstáculo na fase de liquidação de sentença, ainda mais que necessitara de apuração de salários atrasados, aplicação de índices da Fazenda Pública e apuração de defasagem, visto que toda apuração se procederá por meio de perícia contábil.

(...)

Até o presente momento restou claro que a Reclamação

objetiva garantir a autoridade e eficácia da decisão proferida por esse Superior Tribunal de Justiça nos autos do Recurso Especial Nº 1.306.727 - SP (2018/0137894-0), que reconhece ser incompatível o procedimento de liquidação de sentença no Juizado Especial, seja Estadual, Federal ou da Fazenda Pública, uma vez que este instituto não comunga aos princípios reitores do juizado.

Nesse sentido importa destacar que o acórdão reclamado, portanto, afronta a autoridade e eficácia do que foi decidido por essa Corte Superior de Justiça e constitui um arriscado precedente, através do qual viola os princípios reitores do Juizado Especial.

Foram formulados os seguintes pedidos:

A) Deferida e medida liminar a fim de suspender o Acórdão proferido nos autos do Recurso de Agravo Interno de Nº 1006206-69.2019.8.11.0000 pela Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo do Tribunal de Justiça de Mato Grosso;

B) Que se julgue procedente a presente Reclamação, cassando a decisão que determinou a remessa da Ação de Cobrança de Créditos Trabalhistas para o Juizado Especial da Fazenda Pública.

**É o relatório.**

**Decide-se.**

A presente Reclamação não deve ser conhecida.

O art. 988 do CPC/2015 dispõe acerca do cabimento e dos requisitos da Reclamação:

Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para:

- I - preservar a competência do tribunal;
- II - garantir a autoridade das decisões do tribunal;
- III- garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;
- IV- garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência;

§ 1º A reclamação pode ser proposta perante qualquer tribunal, e seu julgamento compete ao órgão jurisdicional cuja competência se busca preservar ou cuja autoridade se pretenda garantir.

§ 2º A reclamação deverá ser instruída com prova documental e dirigida ao presidente do tribunal.

§ 3º Assim que recebida, a reclamação será autuada e distribuída ao relator do processo principal, sempre que possível.

§ 4º As hipóteses dos incisos III e IV compreendem a aplicação indevida da tese jurídica e sua não aplicação aos casos que a ela correspondam.

§ 5º É inadmissível a reclamação:

I – proposta após o trânsito em julgado da decisão reclamada;  
II – proposta para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida ou de acórdão proferido em julgamento de recursos extraordinário ou especial repetitivos, quando não esgotadas as instâncias ordinárias.

§ 6º A inadmissibilidade ou o julgamento do recurso interposto contra a decisão proferida pelo órgão reclamado não prejudica a reclamação. (grifei)

No caso dos autos, não está presente nenhuma das hipóteses que autorizam a Reclamação.

Com efeito, a reclamante limita-se a alegar o descumprimento de decisão do Superior Tribunal de Justiça proferida em processo do qual ela não é parte, nem é apontada a inobservância, pelo órgão reclamado, de entendimentos pronunciados pelo STJ em feitos submetidos ao rito dos recursos repetitivos

A Reclamação é ação de natureza constitucional, que visa preservar a competência desta Corte, garantir a autoridade de suas decisões e a observância de julgamento proferido em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência, não sendo possível a banalização de sua utilização como sucedâneo recursal.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL RECLAMADO QUE NÃO OFENDE OBJETIVAMENTE DECISÃO EMANADA DO STJ. DESCABIMENTO.

1. Para que a reclamação constitucional seja admitida, é imprescindível que se caracterize, de modo objetivo, usurpação de competência deste Tribunal ou ofensa direta à decisão aqui proferida, circunstâncias não evidenciadas nos autos.

2. É incabível o manejo da reclamação como sucedâneo recursal, com vistas a adequar o julgado impugnado à jurisprudência do STJ, mesmo que consolidada em súmula ou recurso repetitivo. Precedentes.

3. A Resolução STJ n. 12/2009, que previa o cabimento de reclamação para esta Corte com o fim de examinar divergência jurisprudencial entre acórdão prolatado por Turma Recursal Estadual e a jurisprudência do STJ, foi expressamente revogada pela Emenda Regimental n. 22, de 16/03/2016, já em vigor quando do ajuizamento da presente medida, em 18/05/2017.

4. Agravo interno não provido. (AgInt na Rcl 34.655/DF, Rel. Min. Nancy Andrighi, Segunda Seção, DJe 13.4.2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. SUCEDÂNEO DE RECURSO. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA.

1. "A reclamação (art. 105, I, f, da Constituição da República) tem por finalidade tornar efetivas as decisões proferidas, no próprio caso concreto, em que o reclamante tenha figurado como parte, não servindo para a preservação da jurisprudência desta Corte ou, ainda, como sucedâneo recusal" (AgInt na Rcl 36.756/MG, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 20/8/2019, DJe 23/8/2019).

2. No caso, a parte ajuíza reclamação contra decisão da origem sem alegar o descumprimento de alguma determinação do STJ proferida em processo do qual fez parte, sustentando a inobservância, pelo órgão reclamado, de entendimentos pronunciados pelo STJ em feitos que não passaram pelo rito dos recursos repetitivos.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt na Rcl 37.890/MT, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 01/10/2019, DJe 08/10/2019)

PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. UTILIZAÇÃO COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - A Reclamação (art. 105, I, f, da Constituição da República) destina-se a tornar efetivas as decisões proferidas, no próprio caso concreto, em que o Reclamante tenha figurado como parte, não servindo para a preservação da jurisprudência desta Corte ou, ainda, como sucedâneo recusal.

III - Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

IV - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

V - Agravo Interno improvido.

(AgInt na Rcl 32.871/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/05/2019, DJe 17/05/2019)

PROCESSUAL CIVIL. RECLAMAÇÃO EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS PARA CONCESSÃO DA ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. NÃO CABIMENTO DA RECLAMAÇÃO.

I - Trata-se de agravo interno interposto contra monocrática que decidiu reclamação, na qual se aponta como reclamado o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Alegam, em síntese, que o acórdão proferido pela Corte Estadual no Agravo de Instrumento n.

2052614-21.2018.8.26.0000 afrontou a jurisprudência desta Corte, já reafirmada no julgamento do REsp n. 1.134.186/RS, sob o regime do art. 543-C do CPC/73, segundo a qual são cabíveis honorários advocatícios em fase de cumprimento de sentença após o transcurso do prazo previsto no art. 475-J do CPC/73, independentemente da apresentação de impugnação.

II - A concessão da tutela de urgência em reclamação, à vista do art. 188, II, do RISTJ, constitui medida extrema, somente admitida nos casos em que há clara demonstração do risco de dano iminente como decorrência do cumprimento do ato impugnado (AgRg na Rcl n. 3.861/SC, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Terceira Seção, julgado em 25/8/2010, DJe 3/9/2010; AgRg na Rcl n. 2.758/PR, Rel. Ministro Barros Monteiro, Corte Especial, julgado em 13/3/2008, DJe 10/4/2008).

III - Na hipótese destes autos, não estão atendidas as condições legais para a concessão da medida pleiteada, seja porque os argumentos pela suspensão do processo não se coadunam logicamente com alegação de "danos irremediáveis (...) haja vista a demora na solução do feito" (fl. 24), seja porque, como se verá a seguir, a via da reclamação, neste caso, não socorre as pretensões dos reclamantes.

IV - Fundada no art. 988, II, do Código de Processo Civil de 2015, a reclamação não se destina a dirimir divergência jurisprudencial entre o acórdão reclamado e precedentes do STJ. Sua função é garantir a autoridade da decisão proferida pelo STJ, em um caso concreto, que tenha sido desrespeitada na instância de origem, em processo que envolva as mesmas partes, que não é o caso dos autos. Nesse sentido: AgInt na Rcl n. 36.535/PE, Rel. Ministro Francisco Falcão, Primeira Seção, julgado em 13/3/2019, DJe 22/3/2019; AgInt na Rcl n. 31.875/MG, Rel. Ministro Francisco Falcão, Primeira Seção, julgado em 14/12/2016, DJe 19/12/2016; AgInt na Rcl n. 36.827/PR, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Seção, julgado em 12/6/2019, DJe 18/6/2019.

V - Note-se, por outro lado, que o cerne da irresignação manifestada pelos reclamantes não reside na interpretação dada pela Corte de origem à norma que reconhece o direito aos honorários advocatícios no cumprimento de

sentença, mas na defesa da tese de que o depósito realizado em juízo pela parte devedora não se equipara a pagamento voluntário, para os efeitos do art. 475-J do CPC/73 e, consequentemente, da aplicação do entendimento firmado no REsp n. 1.134.186/RS.

VI - Assim, de qualquer modo, não se configura a alegada dissonância interpretativa que pudesse ser invocada a pretexto de suposta afronta à autoridade de decisão desta Corte ou de possível inobservância de precedente julgado sob o rito dos recursos repetitivos, como fundamento para o pedido reclamatório. Nesse sentido: AgRg na Rcl n. 15.807/GO, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Seção, julgado em 22/3/2017, DJe 17/4/2017; AgRg na Rcl n. 15.678/AP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Seção, julgado em 12/3/2014, DJe 18/3/2014).

VII - Ademais, os reclamantes relatam que interpuseram recurso especial contra o acórdão proferido no aludido agravo de instrumento, e que aquele recurso foi inadmitido na instância de origem com base no art. 1.030, I, b, do CPC/2015, em razão de estar o acórdão recorrido em consonância exatamente com o precedente desta Corte apontado como paradigma nesta reclamação, ou seja, no REsp n. 1.134.186/RS.

VIII - Ocorre que há nesta Corte o entendimento de que a reclamação constitucional não se presta a substituir o recurso especial. Nesse sentido: AgInt na Rcl n. 36.151/PE, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, julgado em 12/6/2019, DJe 1º/7/2019.

IX - Agravo interno improvido.

(AgInt na Rcl 38.236/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 23/10/2019, DJe 28/10/2019)

Diante do exposto, nos termos do art. 34, XVIII, "a", do RI/STJ, **indefiro liminarmente a Reclamação.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de outubro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN  
Relator